

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 11 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.
Fortaleza – Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | Consolidado | | Controladora | | Passivo | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---------------------------------------|------|------------------|----------------|------------------|----------------|--|------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 44 | 263 | 6 | 6 | Fornecedores | 8 | 153.634 | 31.857 | - | - |
| Aplicações financeiras | 5 | 79.001 | 12.452 | 78.983 | 12.452 | Partes relacionadas – outras contas a pagar | 13 | 44 | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | | 1.606 | - | - | - | Obrigações fiscais | | 187 | 582 | 105 | 10 |
| Outros créditos | | 8.639 | 217 | 8.638 | 211 | Obrigações trabalhistas | | 318 | 400 | - | - |
| Partes relacionadas – outros créditos | 13 | 383.725 | 433.766 | 383.725 | 433.744 | Imposto de renda e contribuição social | 15 | - | 83 | - | 83 |
| Despesas antecipadas | | 25.083 | 1.678 | 25.083 | - | Outras contas a pagar | | 1.454 | - | - | - |
| | | | | | | Obrigações com arrendamentos | | 19 | 129 | - | - |
| Total do Ativo Circulante | | 498.098 | 448.376 | 496.435 | 446.413 | Total do Passivo Circulante | | 155.656 | 33.051 | 105 | 93 |
| | | | | | | Empréstimos e financiamentos | 9 | 2.019.689 | - | 2.019.689 | - |
| Despesas antecipadas | | - | 4.335 | - | - | Outras contas a pagar | | 667 | - | - | - |
| | | | | | | Obrigações com arrendamentos | | - | 198 | - | - |
| Realizável a longo prazo | | - | 4.335 | - | - | Total do Passivo Não circulante | | 2.020.356 | 198 | 2.019.689 | - |
| Investimentos | 7 | - | - | 2.378.596 | 416.213 | Patrimônio líquido | 10 | | | | |
| Imobilizado | 6 | 2.533.653 | 443.580 | 507 | 508 | Capital social | | 865.955 | 865.955 | 865.955 | 865.955 |
| Intangível | | 5 | - | - | - | Prejuízos acumulados | | (10.211) | (2.913) | (10.211) | (2.914) |
| | | | | | | Total do Patrimônio líquido | | 855.744 | 863.042 | 855.744 | 863.041 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 2.533.658 | 443.580 | 2.379.103 | 416.721 | Total do Passivo | | 2.176.012 | 33.249 | 2.019.794 | 93 |
| Total do Ativo | | 3.031.756 | 896.291 | 2.875.538 | 863.134 | Total do Passivo e Patrimônio líquido | | 3.031.756 | 896.291 | 2.875.538 | 863.134 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Nota | Consolidado | | Controladora | |
|--|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Receita líquida operacional | 1.601 | - | - | - |
| Custos operacionais | (151) | - | - | - |
| Lucro bruto | 1.450 | - | - | - |
| Despesas gerais ou administrativas | 11 (8.439) | (2.191) | (228) | (188) |
| Outras despesas (receitas) operacionais | (510) | 125 | - | - |
| Despesas operacionais | (8.949) | (2.066) | (228) | (188) |
| Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos | (7.499) | (2.066) | (228) | (188) |
| Receitas financeiras | 12 346 | 1.959 | 341 | 1.920 |
| Despesas financeiras | 12 (144) | (33) | (35) | (6) |
| Resultado financeiro | 202 | 1.926 | 306 | 1.914 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 - | - | (7.375) | (1.866) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | (7.297) | (140) | (7.297) | (140) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 15 - | (562) | - | (562) |
| Prejuízo do exercício | (7.297) | (702) | (7.297) | (702) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Consolidado | | Controladora | |
|-------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Prejuízo do exercício | (7.297) | (702) | (7.297) | (702) |
| Outros resultados abrangentes - ORA | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total | (7.297) | (702) | (7.297) | (702) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Notas | Capital social | | | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos acumulados | Total |
|---|-------|-----------------------|------------------------|----------------|---|----------------------|----------------|
| | | Capital integralizado | Capital a integralizar | Capital social | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 4.082 | - | 4.082 | 432 | (2.212) | 2.302 |
| Integralização capital | 10 | 427.716 | - | 427.716 | - | - | 427.716 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 10 | 432 | - | 432 | (432) | - | - |
| Capital a integralizar | 10 | - | 433.725 | 433.725 | - | - | 433.725 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | - | (702) | (702) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 432.230 | 433.725 | 865.955 | - | (2.914) | 863.041 |
| Integralização capital | 10 | 50.000 | (50.000) | - | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | - | (7.297) | (7.297) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 482.230 | 383.725 | 865.955 | - | (10.211) | 855.744 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | (7.297) | (702) | (7.297) | (702) |
| Ajustes para: | | | | | |
| Depreciação | 11 | 189 | 75 | - | 5 |
| Equivalência patrimonial | 7 | - | - | 7.375 | 1.866 |
| Rendimento de aplicações | 5 | (329) | (1.920) | (328) | (1.920) |
| Resultado da baixa de imobilizado | 6 | 73 | 460 | 1 | 454 |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | - | 562 | - | 562 |
| Outros | | 18 | (22) | 18 | (18) |
| | | (7.346) | (1.547) | (231) | 247 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (1.606) | - | - | - |
| Impostos a recuperar | | (10.335) | - | (10.336) | - |
| Despesas antecipadas | | 5.033 | (5.827) | 17 | 169 |
| Outros créditos | | 8.119 | (217) | 8.114 | (211) |
| Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar | | 85 | 11 | 19 | (65) |
| Fornecedores | | (30.705) | 31.579 | - | - |
| Obrigações trabalhistas | | (82) | 626 | - | - |
| Obrigações fiscais | | (479) | 333 | 113 | 4 |
| Outras contas a pagar | | 1.200 | 15 | - | - |
| Caixa utilizado nas (gerado pelas) atividades operacionais | | (36.116) | 24.973 | (2.304) | 144 |
| Impostos pagos sobre o lucro | 15 | - | (252) | (101) | (250) |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades operacionais | | (36.116) | 24.721 | (2.405) | (106) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Aplicações financeiras | 5 | (1.499.169) | (486.417) | (1.499.151) | (486.417) |
| Resgates de aplicações financeiras | 5 | 1.463.951 | 475.659 | 1.463.951 | 475.659 |
| Aumento de capital em empresas investidas | 7 | - | - | (1.876.944) | (416.977) |
| Aquisição de imobilizado | 6 | (1.843.106) | (441.558) | - | - |
| Aquisição de intangível | | (5) | - | - | - |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | | (1.878.329) | (452.316) | (1.912.144) | (427.735) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Capital integralizado | 10 | 50.000 | 427.716 | 50.000 | 427.716 |
| Arrendamentos pagos | 6 | (323) | (209) | - | - |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 10 | 1.928.920 | - | 1.928.920 | - |
| Custo de captação - empréstimos e financiamentos | 10 | (64.371) | - | (64.371) | - |
| Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento | | 1.914.226 | 427.507 | 1.914.549 | 427.716 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | (219) | (88) | - | (125) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4 | 263 | 351 | 6 | 131 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 4 | 44 | 263 | 6 | 6 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | | (219) | (88) | - | (125) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), com sede em Fortaleza (CE), foi constituída em 30 de novembro de 2011 e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável.

Em 05 de maio de 2023 a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”) e a ArcelorMittal Brasil S.A. (“AMB”) constituíram uma *joint venture* através da Companhia. Como resultado desta transação, o quadro acionário passou a ser detido por 45% e 55% pela CDV e AMB, assim respectivamente, e ambas as partes compartilham o controle das operações do empreendimento.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominados EOL Ventos de Santo Antônio 04 a 08 e EOL Ventos de Santa Luzia 14 a 16; e a comercialização de energia elétrica.

1.1 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

A partir do mês de outubro de 2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) emitiu despachos autorizando: (i) o funcionamento em fase de testes de 39 dos 123 aerogeradores do parque eólico e (ii) o funcionamento em operação comercial de 23 aerogeradores do empreendimento, equivalente a 103,5 MW da capacidade instalada operando comercialmente.

Durante o exercício de 2024 ocorreu o desembolso parcial do crédito contratado pela Companhia junto ao BNDES no montante de R\$ 1.928.920, vide Nota 9 – Empréstimos e financiamentos.

1.2 Descrição do empreendimento controlado pela Companhia

Projeto Babilônia Centro (“BBC”)

O projeto encontra-se em fase pré-operacional, contempla a implantação e operação de oito parques eólicos com capacidade instalada de 553,5 MW (123 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5) e está localizado no estado da Bahia, nos municípios de Várzea Nova e Morro do Chapéu. Em outubro de 2024 iniciou-se a fase de comissionamento dos aerogeradores, e nos dias 30 e 31 de dezembro de 2024 a ANEEL autorizou a entrada em operação comercial de 23 das 123 unidades geradores, representando 103,5 MW da capacidade instalada.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das

demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 10 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

A Companhia e suas controladas não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

| Controladas | Parque eólico | Localização | Data de constituição | Status | Tipo de controle | | % Capital Social | |
|---|--------------------------------|------------------------------------|----------------------|---------------------|------------------|------------|------------------|------------|
| | | | | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santo Antônio 05 | Várzea Nova e Morro do Chapéu (BA) | 18/03/2021 | Pré-operacional (a) | Direto | Direto | 100% | 100% |
| Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santo Antônio 06 | Várzea Nova (BA) | 18/03/2021 | Pré-operacional | Direto | Direto | 100% | 100% |
| Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santo Antônio 07 | Várzea Nova (BA) | 18/03/2021 | Pré-operacional (a) | Direto | Direto | 100% | 100% |
| Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santo Antônio 08 | Várzea Nova e Morro do Chapéu (BA) | 18/03/2021 | Pré-operacional | Direto | Direto | 100% | 100% |
| Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santo Antônio 04 | Várzea Nova e Morro do Chapéu (BA) | 18/03/2021 | Pré-operacional | Direto | Direto | 100% | 100% |
| Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santa Luzia 16 | Várzea Nova (BA) | 15/03/2021 | Pré-operacional (a) | Direto | Direto | 100% | 100% |
| Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santa Luzia 14 | Várzea Nova (BA) | 15/03/2021 | Pré-operacional (a) | Direto | Direto | 100% | 100% |
| Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A. | EOL Ventos de Santa Luzia 15 | Morro do Chapéu (BA) | 15/03/2021 | Pré-operacional | Direto | Direto | 100% | 100% |

(a) Controlada em processo de comissionamento dos aerogeradores ao final do exercício de 2024.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem, e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar e obrigações com arrendamentos.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os parques eólicos das controladas encontravam-se em fase de implantação, portanto não havendo a necessidade da análise de *impairment* a ser realizada pela administração.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela ANEEL, para os aerogeradores do parque eólico, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Arrendamentos

A Administração avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2023, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 13,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (8,81% em 31 de dezembro de 2023). Anualmente a Administração reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, as controladas alocam a contraprestação no contrato a cada

componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, as controladas optam por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

As controladas reconheceram um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

As controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se as controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

As controladas apresentam ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamentos" no balanço patrimonial consolidado da Companhia.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não possuem diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar no exercício de 2024, conforme nota 15. Suas controladas estão em fase pré-operacional, optantes pelo regime tributário lucro real, também não apresentaram imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e suas controladas adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e suas controladas não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e suas controladas também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Riscos pré-operacionais e operacionais**

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção dos parques eólicos, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

As controladas mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos durante as fases do empreendimento, incluindo contratos de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e suas controladas aplicam a maior parte do caixa disponível.

A Administração estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da Companhia estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”), que por sua vez faz a alocação nos fundos de investimentos (“FIs”) da Companhia e suas controladas.

Com relação às contas a receber de clientes, as controladas restringem a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional sob gestão pela Administração, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é a dívida apresentada na nota 9.

A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas detidas pela Companhia podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Um risco de mercado importante incorrido e gerenciado pela Companhia é a exposição cambial decorrente dos investimentos (CAPEX) realizados para a construção de projetos de geração de energia. Essa exposição decorre, principalmente, da importação de equipamentos e contratos firmados em moeda estrangeira. O financiamento da Companhia apresentado na nota 9 possui risco de mercado associado à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade (Consolidado)

| Descrição | Saldo | Risco | Cenário | Cenário |
|------------------------------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| | 31/12/2024 | | 25% | 50% |
| Fundos de investimentos (restrito) | 79.001 | Baixa do CDI | 65.894 | 55.401 |
| Efeito no resultado | 39.353 | | 26.246 | 15.753 |
| Empréstimos e financiamentos | (2.019.689) | Alta do IPCA | (2.054.287) | (2.088.885) |
| Efeito no resultado | (130.022) | | (164.620) | (199.218) |

4 Caixa e equivalentes de caixa

| Descrição | Consolidado | | Controladora | |
|------------------------|-------------|------------|--------------|------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Bancos conta movimento | 44 | 263 | 6 | 6 |
| Total | 44 | 263 | 6 | 6 |

5 Aplicações financeiras (Controladora)

a. Composição do saldo

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------|---------------|
| Aplicações financeiras | - | 1.303 |
| Fundos de investimentos (restrito) | 78.983 | 11.149 |
| Aplicação vinculada – Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES (a) | - | - |
| Aplicação vinculada – Conta Centralizadora (a) | - | - |
| Total | 78.983 | 12.452 |
| Ativo circulante | 78.983 | 12.452 |

- (a) A Companhia e suas controladas possuem aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% a.a. em 31 de dezembro de 2023). O recurso será aplicado exclusivamente na implantação do empreendimento.
- (b) Conforme cláusulas contratuais estabelecidas em contrato de financiamento, firmado em 28 de dezembro de 2023 com o BNDES, a Companhia deve constituir reservas financeiras, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES e (iii) Conta Centralizadora. Tal recurso será mantido em conta no Banco Citibank Brasil S.A., e deverá ser mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo o valor dado em garantia, podendo ser utilizado pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato. Ademais, conforme previsto no contrato, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas.

b. Movimentação do saldo

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 12.452 | - |
| Rendimento de aplicações financeiras | 328 | 1.920 |
| Capitalização de rendimentos de aplicação | 39.024 | - |
| Retenção de imposto de renda sobre rendimentos | (8.021) | (226) |
| Aplicações financeiras | 1.499.151 | 486.417 |
| Resgate de aplicações financeiras | (1.463.951) | (475.659) |
| Saldo final | 78.983 | 12.452 |

6 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do imobilizado

| Descrição | Taxa de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------------|------------------|-----------------------|------------------|----------------|
| Imobilizado em andamento | - | 2.532.794 | - | 2.532.794 | 442.617 |
| Máquinas e equipamentos | 1,8% a 16,6% | 3 | - | 3 | - |
| Equipamentos de processamento de dados | 20% | 17 | (2) | 15 | - |
| Veículos | 20% | 936 | (262) | 674 | 609 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 4% | - | - | - | 2 |
| Ativo de direito de uso | 2,9% a 8,3% | 412 | (245) | 167 | 352 |
| Total | | 2.534.162 | (509) | 2.533.653 | 443.580 |

b. Movimentação do imobilizado

| Descrição | 31/12/2023 | Adições (a) | Baixas | Depreciação | 31/12/2024 |
|--|----------------|------------------|-------------|--------------|------------------|
| Imobilizado em andamento | 442.617 | 2.090.177 | - | - | 2.532.794 |
| Máquinas e equipamentos | - | 3 | - | - | 3 |
| Equipamentos de processamento de dados | - | 17 | - | (2) | 15 |
| Veículos | 609 | 252 | - | (187) | 674 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 2 | - | (2) | - | - |
| Ativo de direito de uso | 352 | 78 | (71) | (192) | 167 |
| Total | 443.580 | 2.090.527 | (73) | (381) | 2.533.653 |

| Descrição | 31/12/2022 | Adições | Transferências | Baixas | Depreciação | 31/12/2023 |
|--|--------------|----------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| Imobilizado em andamento | 505 | 86.536 | 355.576 | - | - | 442.617 |
| Máquinas e equipamentos | 1.086 | - | (1.037) | (49) | - | - |
| Veículos | - | 491 | 193 | - | (75) | 609 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 2 | - | - | - | - | 2 |
| Ativo de direito de uso de terras | - | 908 | - | (355) | (201) | 352 |
| Torres anemométricas | 411 | - | - | (411) | - | - |
| Adiantamento a fornecedores | - | 354.531 | (354.531) | - | - | - |
| Capitalização operações de arrendamentos | - | 201 | (201) | - | - | - |
| Total | 2.004 | 442.667 | - | (815) | (276) | 443.580 |

Durante o exercício as controladas apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante de R\$ 247.421 (R\$ 1.109 em 31 de dezembro de 2023) relativas a (i) capitalização de operações de arrendamentos e seguros, (ii) reconhecimento de contratos de ativo de direito de uso e (iii) provisão de medições de obras não faturadas em 31 de dezembro de 2024.

7 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------------|----------------|
| Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A. | 332.738 | 53.631 |
| Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A. | 311.399 | 52.644 |
| Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A. | 352.455 | 58.270 |
| Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A. | 276.957 | 49.496 |
| Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A. | 269.042 | 49.306 |
| Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. | 274.609 | 52.324 |
| Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A. | 309.561 | 53.837 |
| Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A. | 251.835 | 46.705 |
| Total | 2.378.596 | 416.213 |

b. Movimentação do saldo

| Descrição | 31/12/2023 | Equivalência Patrimonial | Aumento de capital | Encargos de dívida capitalizados (a) | 31/12/2024 |
|---|----------------|--------------------------|--------------------|--------------------------------------|------------------|
| Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A. | 53.631 | (1.257) | 267.153 | 13.211 | 332.738 |
| Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A. | 52.644 | (1.550) | 248.040 | 12.265 | 311.399 |
| Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A. | 58.270 | (326) | 280.634 | 13.877 | 352.455 |
| Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A. | 49.496 | (781) | 217.487 | 10.755 | 276.957 |
| Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A. | 49.306 | (787) | 210.132 | 10.391 | 269.042 |
| Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. | 52.324 | (1.081) | 212.841 | 10.525 | 274.609 |
| Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A. | 53.837 | (825) | 244.461 | 12.088 | 309.561 |
| Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A. | 46.705 | (768) | 196.196 | 9.702 | 251.835 |
| Total | 416.213 | (7.375) | 1.876.944 | 92.814 | 2.378.596 |

- (a) O Contrato de Financiamento divulgado na nota 9, emitido em nome da Controladora, foi captado para financiar a implantação dos parques eólicos. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para ativo imobilizado no balanço consolidado. Os encargos da dívida serão depreciados após a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena.

**Ventos de Santo Antônio
Comercializadora de Energia S.A.**

(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2024

| Descrição | 31/12/2022 | Equivalência Patrimonial | Aumento de capital | 31/12/2023 |
|---|--------------|--------------------------|--------------------|----------------|
| Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A. | 88 | (249) | 53.792 | 53.631 |
| Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A. | 89 | (248) | 52.803 | 52.644 |
| Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A. | 89 | (247) | 58.428 | 58.270 |
| Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A. | 32 | (254) | 49.719 | 49.496 |
| Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A. | 32 | (254) | 49.529 | 49.306 |
| Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. | 708 | (106) | 51.721 | 52.324 |
| Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A. | 33 | (254) | 54.057 | 53.837 |
| Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A. | 31 | (254) | 46.928 | 46.705 |
| Total | 1.102 | (1.866) | 416.977 | 416.213 |

c. Saldo das controladas

| Saldos das controladas em 31 de dezembro de 2024 | % Participação | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido(a) | Resultado do exercício |
|---|----------------|------------------|----------------|-----------------------|------------------------|
| Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A. | 100% | 322.654 | 3.128 | 319.526 | (1.259) |
| Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A. | 100% | 328.867 | 29.732 | 299.135 | (1.549) |
| Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A. | 100% | 362.887 | 24.308 | 338.579 | (325) |
| Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A. | 100% | 291.882 | 25.679 | 266.203 | (780) |
| Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A. | 100% | 265.659 | 7.008 | 258.651 | (787) |
| Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. | 100% | 289.937 | 25.855 | 264.082 | (1.082) |
| Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A. | 100% | 313.461 | 15.988 | 297.473 | (825) |
| Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A. | 100% | 267.318 | 25.185 | 242.133 | (768) |
| Total | | 2.442.665 | 156.883 | 2.285.782 | (7.375) |

| Saldos das controladas em 31 de dezembro de 2023 | % Participação | Ativo | Passivo | Patrimônio líquido | Resultado do exercício |
|---|----------------|----------------|---------------|--------------------|------------------------|
| Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A. | 100% | 56.908 | 3.277 | 53.631 | (249) |
| Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A. | 100% | 54.598 | 1.954 | 52.644 | (248) |
| Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A. | 100% | 66.769 | 8.499 | 58.270 | (247) |
| Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A. | 100% | 50.913 | 1.417 | 49.496 | (254) |
| Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A. | 100% | 51.124 | 1.818 | 49.306 | (254) |
| Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. | 100% | 62.460 | 10.136 | 52.324 | (106) |
| Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A. | 100% | 58.473 | 4.636 | 53.837 | (254) |
| Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A. | 100% | 48.127 | 1.422 | 46.705 | (254) |
| Total | | 449.372 | 33.159 | 416.213 | (1.866) |

8 Fornecedores (Consolidado)

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------|----------------|---------------|
| Fornecedores de obras e serviços | 153.634 | 31.857 |
| Total | 153.634 | 31.857 |

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$ 152.482.

9 Empréstimos e financiamentos (Controladora)

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) no valor de R\$ 3.161.484, destinado à implantação do empreendimento. Durante o exercício de 2024, ocorreu o desembolso parcial do crédito contratado no montante de R\$ 1.928.920.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pelo spread de 7,30% ao ano. O período total de pagamento é de 234 meses com carência de 27 meses. O primeiro e o último pagamentos serão realizados em 15 de abril de 2026 e 15 de setembro de 2045, respectivamente.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fianças corporativas prestadas por empresas dos grupos econômicos das acionistas indiretas da Companhia, que ficarão vigentes durante todo o prazo do financiamento, (ii) penhor de aerogeradores do projeto, (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia e (iv) conta reserva do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* (não financeiros) presentes no contrato.

a. Composição do saldo

| Descrição | Tipo | 31/12/2024 |
|-------------------|---------------|------------------|
| BNDES | Financiamento | 2.058.942 |
| Custo de captação | | (39.253) |
| Total | | 2.019.689 |

b. Movimentação da conta

| Descrição | 31/12/2024 |
|--|----------------------|
| Saldo em 1º de janeiro | - |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 1.928.920 |
| Capitalização de juros | 130.022 |
| Custo de captação incorrido no exercício (a) | (39.253) |
| Saldo em 31 de dezembro | 2.019.689 |
| Não circulante | 2.019.689 |

- (a) Durante o exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamentos a título de custos de captação no montante de R\$ 64.371, dos quais R\$ 39.253 foram alocados em conta de passivo e R\$ 25.118 em conta de ativo, respeitando a proporção do desembolso do recurso.

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

| Vencimento | 31/12/2024 | |
|--|------------------|---------------|
| | Valor | % |
| 2026 | 79.646 | 3,5% |
| 2027 | 106.195 | 5,2% |
| 2028 | 106.195 | 5,2% |
| 2029 | 106.195 | 5,2% |
| 2030 | 106.195 | 5,2% |
| 2031 | 106.195 | 5,2% |
| 2032 | 106.195 | 5,2% |
| 2033 | 106.195 | 5,2% |
| 2034 | 106.195 | 5,2% |
| 2035 | 106.195 | 5,2% |
| 2036 | 106.195 | 5,2% |
| 2037 | 106.195 | 5,2% |
| 2038 | 106.195 | 5,2% |
| 2039 | 106.195 | 5,2% |
| 2040 | 106.195 | 5,2% |
| 2041 | 106.195 | 5,2% |
| 2042 | 106.195 | 5,2% |
| 2043 | 106.195 | 5,2% |
| 2044 | 106.195 | 5,2% |
| 2045 | 67.781 | 2,9% |
| Total parcelas – longo prazo | 2.058.937 | 100,0% |
| (-) Custo de captação – longo prazo | (39.248) | |
| Saldo total – longo prazo | 2.019.689 | |

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 865.955 (R\$ 865.955 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 865.955.353, sendo 432.977.677 ações ordinárias e 432.977.676 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme detalhamento a seguir:

| | 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | | |
|--------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|--------------------|
| | (%) Capital | (R\$) Valor | Ações | (%) Capital | (R\$) Valor | Ações |
| CDV | 45% | 389.680 | 389.679.909 | 45% | 389.680 | 389.679.909 |
| AMB | 55% | 476.275 | 476.275.444 | 55% | 476.275 | 476.275.444 |
| Total | 100% | 865.955 | 865.955.353 | 100% | 865.955 | 865.955.353 |

Aumento de capital

Em 17 de abril de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi subscrito capital no montante de R\$ 295.148 por meio da emissão de 295.148.000 novas ações ordinárias, sendo R\$ 162.331 pelo acionista FIP Salus e R\$ 132.817 pelo acionista CDV, plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.

Em 05 de maio de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 566.725, por meio da emissão de 42.504.407 novas ações ordinárias classe A, 240.858.306 novas ações ordinárias classe B e 283.362.713 novas ações preferenciais, sendo R\$ 132.568 integralizado em moeda corrente no decorrer do ano de 2023 na proporção de cada acionista, R\$ 432 integralizado com créditos decorrentes dos adiantamentos para futuro aumento de capital de 31 de dezembro de 2022 e R\$ 433.725 mediante constituição de créditos a integralizar com acionistas, conforme resumo abaixo:

| Acionistas | Aumento de capital | Integralizações de capital | Capital a integralizar |
|--------------|--------------------|----------------------------|------------------------|
| CDV | 255.026 | 59.850 | 195.176 |
| AMB | 311.699 | 73.150 | 238.549 |
| Total | 566.725 | 133.000 | 433.725 |

Boletins de integralização

Durante o exercício de 2024, os acionistas da Companhia efetuaram aportes de capital via boletins de integralização no montante de R\$ 50.000, sendo R\$ 22.500 pela CDV e R\$ 27.500 pela AMB.

11 Despesas gerais ou administrativas

| Descrição | Consolidado | | Controladora | |
|---|----------------|----------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Serviços tomados – pessoa jurídica (a) | (3.652) | (1.958) | (144) | (77) |
| Tributos e contribuições | (117) | (112) | (60) | (74) |
| Despesas com escritórios | (49) | - | - | - |
| Depreciação | (189) | (75) | - | (5) |
| Despesas pré-operacionais - geração energia | (3.771) | - | - | - |
| Seguros | (18) | (18) | (18) | (18) |
| Outras despesas | (643) | (28) | (6) | (14) |
| Total | (8.439) | (2.191) | (228) | (188) |

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 3.509 e R\$ 125 se referem a pagamentos de consultoria à CDV, consolidado e controladora, respectivamente, conforme citado na nota 13(a) (R\$ 1.926 e R\$ 70 consolidado e controladora, assim respectivamente). Os gastos aumentaram no período decorrente da evolução do processo de construção do empreendimento.

Durante o exercício, a Companhia incorreu em R\$ 1.815 referente a tributos sobre rendimentos de aplicações, que foram capitalizados como custos de empréstimos.

12 Resultado financeiro

| Descrição | Consolidado | | Controladora | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimento sobre as aplicações | 329 | 1.920 | 328 | 1.920 |
| Outras receitas financeiras | 17 | 39 | 13 | - |
| Total | 346 | 1.959 | 341 | 1.920 |
| Despesas financeiras | | | | |
| IOF | (4) | - | (4) | - |
| Tarifas bancárias | (60) | (32) | (14) | (6) |
| Outras despesas financeiras | (80) | (1) | (17) | - |
| Total | (144) | (33) | (35) | (6) |
| Resultado financeiro líquido | 202 | 1.926 | 306 | 1.914 |

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu em R\$ 39.024 e R\$ 130.022 relativas a rendimentos sobre aplicações financeiras (vide nota 5) e juros sobre empréstimos (vide nota 9). Tais valores classificam-se no conceito de custos de empréstimo, portanto, não transitam em conta de resultado e são capitalizados.

13 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia e suas controladas com partes relacionadas, estão descritos abaixo:

| Descrição | Consolidado | | Controladora | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Ativo | 383.725 | 433.766 | 383.725 | 433.744 |
| Partes relacionadas – outros créditos | | | | |
| Outros créditos a receber | - | 41 | - | 19 |
| Créditos a integralizar com acionistas (b) | 383.725 | 433.725 | 383.725 | 433.725 |
| Passivo | 44 | 54 | - | 46 |
| Partes relacionadas – outras contas a pagar | | | | |
| Serviços tomados – pessoa jurídica (a) | 44 | 54 | - | 46 |
| Resultado | (3.509) | (1.926) | (125) | (70) |
| Despesas gerais ou administrativas | | | | |
| Serviços tomados – pessoa jurídica (a) | (3.509) | (1.926) | (125) | (70) |

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuem um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV, que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) Em 05 de maio de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 566.725, o qual foi parcialmente integralizado, restando o montante de R\$ 433.725 a ser integralizado mediante constituição de créditos com acionistas. Durante o exercício de 2024 os acionistas da Companhia amortizaram R\$ 50.000 do crédito a integralizar, sendo R\$ 22.500 pela CDV e R\$ 27.500 pela AMB (vide nota 9).

A Companhia é controlada em conjunto pela CDV e AMB.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 05 de maio de 2023, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

| Descrição | Avaliação | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|-----------|--------------------|--------------------|----------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 44 | 44 | 263 | 263 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Aplicações financeiras | | 79.001 | 79.001 | 12.452 | 12.452 | 78.983 | 78.983 | 12.452 | 12.452 |
| Partes relacionadas - outros créditos | | 383.725 | 383.725 | 433.766 | 433.766 | 383.725 | 383.725 | 433.744 | 433.744 |
| Empréstimos e financiamentos | Nível 2 | (2.019.689) | (2.058.942) | - | - | (2.019.689) | (2.058.942) | - | - |
| Fornecedores | | (153.634) | (153.634) | (31.857) | (31.857) | - | - | - | - |
| Obrigações com arrendamentos | | (19) | (19) | (327) | (327) | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | | (1.454) | (1.454) | - | - | - | - | - | - |
| Partes relacionadas - outras contas a pagar | | (44) | (44) | - | - | - | - | - | - |
| Total | | (1.712.070) | (1.751.323) | 414.297 | 414.297 | (1.556.975) | (1.596.228) | 446.202 | 446.202 |

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

| Tipo | Técnica de avaliação | Inputs significativos não observáveis | Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo |
|--------------------------|---|---------------------------------------|---|
| Título de dívida – BNDES | O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos. | Não aplicável | Não aplicável |

15 Imposto de renda e contribuição social corrente (Controladora)

a. Composição do saldo no resultado

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|------------|--------------|
| Imposto de renda corrente | - | (407) |
| Contribuição social corrente | - | (155) |
| Total | - | (562) |

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|--------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (7.297) | (140) |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | (2.481) | (48) |
| Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos | | |
| Equivalência patrimonial | 7.375 | 1.863 |
| Apuração do lucro real | 14.672 | 1.723 |
| Apuração dos impostos correntes | | |
| Imposto de renda | - | (407) |
| Contribuição social | - | (155) |
| IRPJ e CSLL no resultado | - | (562) |
| Alíquota efetiva | - | 401% |

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|
| Saldos iniciais | 83 | - |
| Imposto de renda e contribuição social no exercício | - | 562 |
| Impostos pagos sobre o lucro | - | (252) |
| Compensações no exercício | (83) | (227) |
| Saldos finais | - | 83 |

16 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

17 Eventos subsequentes

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, os acionistas da Companhia realizaram aportes de capital por meio de boletins de integralização no montante total de R\$ 173.000, sendo R\$ 77.850 pela CDV e R\$ 95.150 pela AMB.

Em 19 de fevereiro de 2025, ocorreu o desembolso de R\$ 692.000 do crédito contratado pela Companhia junto ao BNDES, conforme nota 9.

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia efetuou aportes de capital em suas controladas no montante de R\$ 519.636, conforme composição abaixo:

| Descrição | 31/12/2023 |
|---|----------------|
| Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A. | 60.786 |
| Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A. | 55.402 |
| Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A. | 48.287 |
| Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A. | 48.998 |
| Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A. | 83.864 |
| Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A. | 74.179 |
| Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A. | 87.678 |
| Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A. | 60.442 |
| Total | 519.636 |